

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL DESTINADO À
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE DE EDIFÍCIOS DE
ETAR E EE, POR LOTES**

LOTE I – EDIFÍCIOS DE ETAR E EE DOS SUBSISTEMAS NORTE

LOTE II – EDIFÍCIOS DE ETAR E EE DOS SUBSISTEMAS SUL

TA_25_004_CI_S_00I_DMA

PROGRAMA DE CONCURSO

ABRIL 2025

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

1. O presente concurso tem por objeto principal a **Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e nos seus **Anexos I a V** que dele faz(em) parte integrante.
2. A Prestação de Serviços em causa será constituída pelos seguintes lotes, sendo admitidas propostas para qualquer um deles ou para ambos os lotes, sendo que neste último caso as propostas terão que ser submetidas, separadamente, por lote:
 - a) Lote I – Edifícios de ETAR e EE dos Subistemas Norte;
 - b) Lote II – Edifícios de ETAR e EE dos Subistemas Sul.
3. Os locais da presente prestação de serviços estão inseridos no Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico que integra as instalações identificadas nos **Anexos III e IV** do Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S.A., adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130.

- Endereço eletrónico compras_contratacao.adta@adp.pt
- Telefone: +351 213 107 900
- Fax +351 213 107 901.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a Decisão de Contatar

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., em reunião realizada no dia 4 de abril de 2025, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

Plataforma Eletrónica

1. O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.
3. O anúncio do concurso foi publicado, de acordo com o n.º I dos artigos 130.º e 131.º do CCP, no Diário da República e no JOUE, respetivamente.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e Erros e Omissões sobre as peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 64.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Documentos que Constituem as Propostas

- I. As propostas, individualizadas por lote, devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:
- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de janeiro de 2016, disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, conforme o **Anexo I** ao presente Programa do Concurso;
 - b) Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Proposta de preço, por Lote, em conformidade com o modelo que constitui o **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;
 - ii. Lista dos Preços Unitários (LPU), por Lote, em formato *pdf* e *excel*, em conformidade com o modelo apresentado no **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, devendo os preços unitários ser apresentados a 2 (*duas*) casas decimais.
 - c) Folhas de Características dos materiais a aplicar, conforme modelo apresentado no **Anexo IV** ao presente Programa de Concurso, relativamente aos artigos da Lista de Preços Unitários (LPU) que integram o **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, sendo no mínimo os seguintes:
 - i. Vãos, ferragens e materiais enunciados na LPU, artigos 2.1 a 2.18 e artigos 4.1 a 4.27;
 - ii. Materiais enunciados na LPU, artigos 9.6, 9.7 a 9.8, 11.1, 11.7 e 11.11.
 - d) No caso de recorrerem a subcontratados, declaração do concorrente onde indique os prestadores de serviço que pretende subcontratar, e os serviços que serão objeto de subcontratação, acompanhada de declaração dos subcontratados em que se comprometem, incondicionalmente, a executar os trabalhos para os quais foram indicados, de acordo com o modelo constante no **Anexo V** ao presente Programa do Concurso;
 - e) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente, por parte de quem assina a proposta, designadamente a Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

-
- f) Outros elementos de apresentação facultativa, que o concorrente apresente de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Programa do Concurso ou no Caderno de Encargos.
2. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do mesmo, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum do agrupamento, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem nas modalidades jurídicas de agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou associar-se em Consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, observadas as disposições legais Nacionais sobre tais matérias em vigor, conforme modelo apresentado no **Anexo VI** do presente Programa de Concurso (Acordo-Promessa de Constituição).
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que constituem a proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalecem sobre o original.

Artigo 7.º

Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para Apresentação de Propostas

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica referida o artigo 4.º, até às 23h59 do 32.º (*trigésimo segundo*) dia a contar da data de envio para publicitação do anúncio em Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 9.º

Modo de Apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida o artigo 4.º, devendo ser individual e eletronicamente assinados.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida o artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos números 2 e 3 do presente artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (*cento e oitenta*) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação

Artigo 11.º

Fase de Negociação

As propostas não serão objeto de negociação nem haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 12.º

Critérios de Adjudicação e Desempate

- I. A adjudicação, para cada um dos lotes, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos previstos na alínea b) do n.º do artigo 74.º do CCP, densificado apenas pelo fator correspondente ao preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Caso seja ordenada em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate e por ordem sequencial, os seguintes critérios:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço proposto, para cada um dos Lotes, para o somatório do preço total dos artigos 1.1, 1.3, 1.4 e 3.1 da Lista de Preços Unitários, do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso;
 - b) Se, da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço proposto, para cada um dos Lotes, para o somatório do preço total dos artigos 3.3 e 6.3 da Lista de Preços Unitários, do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso;
 - c) Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será considerado para efeitos de desempate, a proposta que apresentar o mais baixo preço proposto, para cada um dos Lotes, para o somatório do preço total dos artigos 8.1, 8.2 e 8.3 da Lista de Preços Unitários, do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso;
 - d) Se, da aplicação dos critérios definidos nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
 - iii. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 13.º

Adjudicação por lotes

- I. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para um lote ou para ambos os lotes indicados no número seguinte, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
2. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes melhor identificados no caderno de encargos:
 - a) Lote I – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Norte;
 - b) Lote II – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Sul.

Artigo 14.º

Documentos de Habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, os seguintes documentos:
 - I.1. Os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:
 - I.1.1. Declaração de habilitação emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP que constitui o **Anexo VII** ao presente Programa de Concurso;
 - I.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP:
 - a) Certificado do registo criminal da empresa;
 - b) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Documento comprovativo de titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo IMPIC que contemple as:
 - i. 5.ª a 9.ª subcategorias da 1.ª categoria;
 - ii. 13.ª e 19.ª subcategorias da 4.ª categoria;
 - iii. 9.ª, 11.ª e 12.ª subcategorias da 5.ª categoria.

-
- 1.2. Sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP, o Adjudicatário deve ainda apresentar os seguintes documentos:
- a) Contrato de constituição de agrupamento, caso o Adjudicatário revista essa forma;
 - b) Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, de acordo com o modelo do **Anexo VIII** ao presente Programa de Concurso;
 - c) Identificação de outorgantes para efeitos de comunicação, conforme o modelo do **Anexo IX** ao presente Programa de Concurso.
 - d) Se não apresentada em sede de proposta, Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em afetividade de funções;
 - e) Comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo.
2. Caso o Adjudicatário revista a forma de agrupamento, os documentos de habilitação referidos nas alíneas a), b), c) e d) do número 1.1.2 do número 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas a), b), c) e d) do número 1.1.2 do presente artigo, ou estes não se refiram a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo Adjudicatário, perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O Adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas a), b), c) e d) do número 1.1.2 do presente artigo, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
7. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do Adjudicatário formulada à Tejo Atlântico, antes de expirado o prazo a prorrogar.

-
8. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
9. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao Adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 15.º

Caução

- 1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o Adjudicatário deve prestar, uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual do lote adjudicado, no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da notificação da adjudicação.
- 2. Quando a adjudicação de 2 (*dois*) ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, resultando na celebração de 1 (*um*) único contrato, pode ser prestada apenas uma caução pelo Adjudicatário, calculada em função do valor do somatório dos preços contratuais de cada lote.
- 3. A caução referida no número 1 deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Tejo Atlântico, nos termos do modelo constante no **Anexo X** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexo XI** e **Anexo XII**, ambos do presente Programa de Concurso.
- 4. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 16.º

Modalidade Jurídica do Agrupamento

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, ou Agrupamento Complementar de Empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 17.º

Celebração do Contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

Artigo 18.º

Dados Pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela Tejo Atlântico, exclusivamente no âmbito do presente procedimento de aquisição de serviços, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A Tejo Atlântico garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais ara efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de

dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adta@adp.pt.

Artigo 19.º

Legislação Aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa de Concurso, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal dos Contratos Públicos, em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento.
- O concorrente deverá preencher as partes I, II (com exclusão da secção D), III e VI, não sendo as demais partes (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

[a que se refere a subalínea i) da alínea b) do n.º I do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

_____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____ [qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento destinado à celebração do contrato com a referência **TA_25_004_CI_S_001_DMA** para a **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” - Lote ____** (identificar o lote), declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato, em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preços unitários constantes da Lista de Preços Unitários Adjudicada e pelo preço global máximo de€ (numericamente e por extenso), para o prazo contratual de 730 (setecentos e trinta) dias, a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) ¹ _____

¹ Assinatura(s) nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

Lista de Preços Unitários

[a que se refere a subalínea ii. da alínea b) do n.º I do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

Modelo de Folhas de Características

[a que se refere a alínea c) do n.º I do Artigo 6.º do Programa do Concurso]

(documento autónomo)

ANEXO V

Modelo de Declaração de Subcontratação

[a que se refere a alínea d) do n.º I do Artigo 6.º do Programa do Concurso]

A sociedade _____ subcontratada nos serviços de _____ no procedimento de Concurso Público destinado à celebração do contrato de **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” - Lote (identificar o lote) – TA_25_004_CI_S_00I_DMA**”, declara(m), sob compromisso de honra, que se obriga a prestá-los, em conformidade com o caderno de encargos.

Data...

Assinatura(s)...

ANEXO VI

Modelo de Acordo-Promessa de Constituição de Agrupamento

[a que se refere o n.º 3 do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Procedimento para a celebração do contrato com a referência **TA_25_004_CI_S_001_DMA** para a **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” - Lote ____** (identificar o lote), e nos termos do número 3 do artigo 6.º do Programa de Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio ou agrupamento. (a)

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio ou agrupamento a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio ou agrupamento perante a Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Tejo Atlântico a qualquer alteração na composição do agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o Consórcio ou ACE adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

ANEXO VII

Modelo de Declaração de Habilitação

[a que se referem a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP e o n.º I.1.1 do Artigo 14.º do Programa de Concurso]

I - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento destinado à celebração do contrato com a referência **TA_25_004_CI_S_001_DMA** para a **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” - Lote ____** (identificar o lote), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (5)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada >>.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada >>.

(5) Nos termos do disposto nos números 4 e 5 do artigo 57º do CCP.

ANEXO VIII

Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico

[a que se refere a alínea b) do n.º 1.2 do Artigo 14.º do Programa de Concurso]

[Identificação da Entidade], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Tejo Atlântico, nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Tejo Atlântico, num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com a aquisição de serviços à Tejo Atlântico.

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO IX

Identificação de Outorgantes para efeitos de comunicação

[a que se refere a alínea c) do n.º 1.2 do Artigo 14.º do Programa de Concurso]

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento com a referência **TA_25_004_CI_S_001_DMA** para a **Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes - Lote ____** (*identificar o lote*), o prestador de serviços será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (indicar outra forma de delegação se aplicável ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de xxx).

Mais declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [•]
- Telefone n.º [•]
- Correio eletrónico [•]

ANEXO X

Modelo de Guia de Depósito Bancário

[a que se refere a alínea a) do n.º 3 do Artigo 15.º do Programa de Concurso]

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para contrato com a referência **TA_25_004_CI_S_001_DMA** para a **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” - Lote ____ (identificar o lote)**, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Águas do Tejo Atlântico, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO XI

Modelo de Garantia Bancária

[a que se refere a alínea b) do n.º 3 do Artigo 15.º do Programa de Concurso]

À [designação da entidade adjudicante]

O _____[banco], com sede em _____[morada], com capital social de _____[capital social], pessoa coletiva número _____[número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____[representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____[nome do adjudicatário], com sede em _____[morada], como adjudicatário do procedimento n.º **TA_25_004_CI_S_001_DMA** destinado à celebração de contrato de **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” – Lote _____** (identificar o lote), garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por “Beneficiário”), até ao valor de _____Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco, constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar a sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer qualquer benefício de prévia execução dos bens do Ordenante e sem a dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do Caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Códigos dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade ou vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelem necessárias.

[Local], [data]

[assinatura(s)]

ANEXO XII

Modelo de Seguro Caução

[a que se refere a alínea b) do n.º 3 do Artigo 15.º do Programa de Concurso]

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada], presta a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. e ao abrigo do contrato de seguro caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º **TA_25_004_CI_S_001_DMA** destinado à celebração de contrato de **“Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes” – Lote _____ (identificar o lote)**, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Águas do Tejo Atlântico, S.A. vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (*cinco*) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Tejo Atlântico, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o _____ [adjudicatário], assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Tejo Atlântico, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução, celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[assinatura(s)]